



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
PROCURADOR-GERAL

XI Reunião da RedCoop Sessão de abertura

Exma. Senhora Ministra da Justiça

Exmo. Senhor Diretor do Programa El PaCcto 2.0

Senhor Coordenador da Rede de Cooperação Internacional da AIAMP -
REDCOOP

É com enorme prazer que vos acolhemos na sede da Procuradoria-Geral da República, perto da zona histórica central de Lisboa. Decorridos dez anos desde a data em que, por ocasião da Assembleia de Lisboa da AIAMP – em outubro de 2016 – foi decidido criar um então grupo de trabalho sobre Cooperação Penal no espaço Ibero Americano, depois convertido em Rede. Efetivamente, num mundo globalizado e em que a informação circula de forma instantânea, perdeu todo o sentido a tramitação tradicional caracterizada por procedimentos bilaterais, rígidos e morosos. Os Procuradores Gerais que então se reuniram em Portugal decidiram, à data, que a criação de um grupo de interlocutores que, de forma ágil, habilitasse a identificação rápida das questões e a resolução eficaz dos problemas de cooperação mútua, seria uma boa solução.

Olhando para trás, recordando essa data e todos os dias que desde então passaram, a Rede manteve-se viva, foi amadurecendo e dando frutos. Ocorreram, desde então, numerosas intervenções, com obtenção de benefícios, tendo-se alcançado, em casos concretos, resultados com os quais nos podemos congratular.



No meu quotidiano de Procurador-Geral é frequente, conforme a lei determina, a minha pronúncia sobre a admissibilidade de pedidos de extradição, muitos deles provenientes de Estados pertencentes a este espaço, naturalmente com grande presença do Brasil mas é argentino o caso mais recente e que ainda hoje me passará pelas mãos.

Pelo Departamento de Cooperação Judiciária e Relações Internacionais da Procuradoria-Geral da República, no uso da sua competência como autoridade central, são tramitados digitalmente, ou ainda em suporte de papel, muitas dezenas de cartas rogatórias, para obtenção de prova transfronteiriça.

É, assim, reconfortante dispor, em cada Estado, de uma rede de Procuradores que podem esclarecer, completar ou agilizar pedidos de cooperação, sob várias formas, e assegurar uma atividade judiciária mais célere e eficaz.

Para além do fator humano, felizmente ainda e sempre no cerne da atividade judiciária, importa relembrar e sublinhar as ferramentas que a RedCoop foi desenvolvendo. Passando os olhos pela agenda desta reunião, vão surgindo, como pontos de apoio e avanço.

Destaco:

- A Cooperação Inter-Institucional, complementar da cooperação formal, muito relevante nomeadamente no caso dos Estados em que a autoridade central não se encontra nas Procuradorias Gerais.
- O relevante Guia, em matéria de extradição, que nos podemos orgulhar de reconhecer na génese de trabalhos mais aprofundados, desenvolvidos no quadro do Projeto El PaCcto 2.0.
- As geminações com estruturas próximas, como a IberRed, a Rede Judiciária Europeia ou a EUROJUST e o alinhamento de estratégias com o programa El PaCcto 2.0.



- A relevância das Equipas de Investigação Conjunta e os desafios e incertezas que coloca e que justificam a elaboração de um Guia a elas dedicado.

Finalmente, uma muita oportuna reflexão sobre a cooperação e o funcionamento das Unidades de Cooperação, com uma corajosa análise da sua capacidade e eficiência, num mundo agilizado pela emergência da Inteligência Artificial.

É, sem dúvida, uma estrutura sólida para uma reunião frutuosa, relevante e esclarecedora.

Agradeço a todos aqueles que se deslocaram a Lisboa para participar nesta reunião, desejo-vos um bom trabalho e votos de que desfrutem de tudo o que a cidade vos saberá oferecer.

Lisboa, 22 de junho de 2026

O Procurador-Geral da República

Amadeu Guerra